

O INTÉRPRETE DE LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA: CONHECER A PROFISSÃO

THE PORTUGUESE SIGN LANGUAGE INTERPRETER: UNDERSTAND THE PROFESSION



Susana BARBOSAⁱ

Docente no Curso de Tradução e Interpretação em
Língua Gestual Portuguesa
Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto
Porto, Portugal
susanabarbosa@esc.ipp.pt

Mónica SANTOS^v

Intérprete de Língua Gestual Portuguesa
Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano
Porto, Portugal
monica.abreu.santos@gmail.com

Ana MAGALHÃESⁱⁱ

Intérprete de Língua Gestual Portuguesa
Centro de Reabilitação Profissional de Gaia
Arcozelo, Portugal
anarmm22@gmail.com

Pedro FREITAS^{vi}

Intérprete de Língua Gestual Portuguesa
Agrupamento de Escolas Artur Gonçalves
Torres Novas, Portugal
emanuelfolhafreitas@gmail.com

Joana SILVAⁱⁱⁱ

Intérprete de Língua Gestual Portuguesa
Agrupamento de Escolas Dr. João de Araújo Correia
Peso da Régua, Portugal
joana.filipa87@hotmail.com

Vanessa RAMOS^{vii}

Intérprete de Língua Gestual Portuguesa
Escola Artística de Soares dos Rei
Porto, Portugal
cristinavanessaramos@gmail.com

Liliana SILVA^{iv}

Intérprete de Língua Gestual Portuguesa
Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano
Porto, Portugal
li.lgp@sapo.pt

Vânia COSTA^{viii}

Intérprete de Língua Gestual Portuguesa
Agrupamento de Escolas António Sérgio
Portugal
coelho_vania@outlook.com

131

Resumo: Com este artigo, pretendemos ilustrar as perceções que os intérpretes de língua gestual portuguesa (LGP) reconhecem na sua atividade profissional. Como referência teórica, analisamos diversos aspetos referentes ao estágio curricular, aos dilemas profissionais, às parcerias do intérprete no contexto educativo, à interpretação para voz e às lesões músculo-esqueléticas. Para isto, realizamos inquéritos por questionário aos intérpretes de língua gestual portuguesa que se encontravam a exercer funções. Através da análise dos dados obtidos verificou-se: insuficiência de parâmetros na lei que respondam a questões relacionadas ao exercício da atividade; o trabalho de parceria entre o intérprete de LGP e os restantes membros da equipa educativa é crucial para o contributo de uma educação de qualidade para os alunos surdos; a voz, enquanto ferramenta de trabalho, deverá ser cuidada e, a sua utilização, potencializada para uma eficaz interpretação para voz; a falta de cuidados que os intérpretes têm relativamente às possíveis lesões músculo-esqueléticas que advêm do exercício da profissão.

Palavras-chave: Intérprete de língua gestual portuguesa. Comunicação. Mediação. Voz. Postura.

Abstract: With this article, we aim to illustrate the perceptions that the Portuguese Sign Language (PSL) interpreters recognize in their professional activity. As theoretical reference, we analyze various aspects related to internship, to professional dilemmas, to interpreters' partnership in educational context, to interpretation for voice and musculoskeletal disorders (MSDs). For that, we conducted questionnaire surveys to PSL interpreters, who

were exercising. Through the obtained data analysis it were found some considerations such as: insufficient parameters in the law to respond to issues related to the exercise of the activity; the working partnership between PSL interpreter and other members of the educational team is crucial to a high quality education contribution for deaf students; the voice, as a working tool, should be cared for and, their use, enhanced to effective interpretation for voice; the absence of care that interpreters have towards possible MSDs arising from the profession exercise.

Keywords: Portuguese sign language interpreter. Communication. Mediation. Voice. Posture.

Desafios e Estratégias

A atividade de intérprete de LGP começou a construir-se como profissão em 1982, quando o Secretariado Nacional de Reabilitação organizou o primeiro curso para intérpretes de LGP com o objetivo de qualificar profissionais capazes de mediar a comunicação entre pessoas surdas e pessoas ouvintes (CARVALHO, 2007). Desde essa data, foram precisos 15 anos para que a LGP fosse reconhecida na Constituição da República “enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades” (LEI CONSTITUCIONAL N.º 1/97, alínea h), n.º 2 do artigo 74.º). Por conseguinte, tornou-se premente a regulamentação da atividade profissional de intérprete de LGP e as condições de acesso à mesma (LEI N.º 89/99, de 5 de julho). Estes dois marcos foram basilares para a criação e estruturação desta profissão e refletem a importância e a evolução do intérprete de LGP enquanto profissional.

O intérprete de LGP é um profissional reconhecido na legislação e que atua nos diferentes contextos sociais e educativos, no entanto, existe ainda a necessidade de desconstruir e compreender algumas questões inerentes a esta profissão, a fim de promover um desempenho profissional com mais qualidade e mais eficiência.

Atualmente, os cursos superiores para a formação destes profissionais oferecem um plano de estudos que permitem dotar o estudante de flexibilidade cognitiva e proficiência linguística, tanto na língua portuguesa como na LGP. Por sua vez, no estágio curricular os estudantes têm a possibilidade de experimentarem contextos distintos, contactarem com a comunidade surda e minimizarem os seus medos e anseios. O objetivo é proporcionar ao estudante a oportunidade de aplicar os seus conhecimentos académicos em situações práticas, sendo um momento decisivo para a consolidação das aprendizagens teóricas e para o desenvolvimento da sua futura profissão (OLIVEIRA E CUNHA, 2012).

Durante esta fase, é frequente que os estudantes sintam alguma ansiedade, nervosismo e preocupação com o seu desempenho que, com o decorrer do estágio, tendem a diminuir. Para atenuar estes sentimentos menos favoráveis e encarar o estágio curricular com mais confiança, é essencial que o intérprete estagiário realize um eficaz trabalho de observação, preparação e

prática com empenho e esforço (MAGALHÃES E COSTA, 2015). O apoio do intérprete orientador assume igualmente um papel fundamental na minimização destes sentimentos vivenciados pelos intérpretes estagiários. Ele concentra em si não apenas a função de os orientar, mas também atua como modelo, pois é o veículo de transmissão de um conjunto de valores e princípios que devem ser incutidos nos estagiários, como a ética profissional, a deontologia e o dever de formação contínua ao longo do seu percurso profissional (FRANCO 2003; MOREIRA, 2005; STONES, 1984; VIEIRA, 1993).

A ética profissional atua como um guia nas “ações dos profissionais no sentido técnico e moral e integra valores de responsabilidade e valores individuais” (RAMOS E SILVA, 2015, p. 42). O código de ética do intérprete de LGP foi criado com base nos códigos de ética e deontologia de intérpretes de língua gestual dos Estados Unidos da América e de alguns países da Europa e, embora não seja um documento oficialmente reconhecido, é pelo mesmo que os profissionais desta área se têm regido (ALMEIDA, 2010; PEREIRA, GIL E SILVA, 2013). Com a maior participação deste profissional no contexto educativo, começou a debater-se a necessidade de se alterar o documento inicial, uma vez que, alguns profissionais têm vivenciado situações de conflito, que pela sua complexidade, não reúnem consenso na forma como ILGP deve atuar. (RAMOS & SILVA, 2015).

É nas EREBAS - Escolas de Referência para a Educação Bilingue de Alunos Surdos, que o intérprete de LGP, para além da mediação da comunicação entre a comunidade educativa realiza também um importante trabalho colaborativo com os vários intervenientes do processo educativo, especialmente com o docente surdo de LGP, que possui um conhecimento profundo da língua gestual. Assim sendo, a parceria entre estes dois profissionais promove a realização de um trabalho mais eficiente e produtivo.

O trabalho colaborativo desenvolvido entre os vários elementos da equipa pretende focar-se na aprendizagem e no desenvolvimento dos alunos surdos, de forma a garantir aos mesmos um ensino equitativo e de qualidade. Um trabalho construído com base na partilha facilita a criação de respostas inovadoras e a delineação de estratégias adequadas às necessidades específicas dos alunos surdos (BETTENCOURT E SANTOS, 2015). Para Fiorentini (apud GRÍGOLI ET AL 2007: 86), no trabalho colaborativo “as relações não são hierárquicas, a liderança é compartilhada, as decisões e ações são assumidas e realizadas coletivamente”. Esta é uma prática em que há lugar para os membros da equipa, inclusivamente o intérprete, podem contribuir com as suas perspetivas pessoais, fundamentadas nos seus

conhecimentos profissionais, com o objetivo de criarem respostas diferenciadas e adaptadas a cada situação.

Paralelamente aos momentos de reflexão e articulação, o intérprete desenvolve um trabalho individual e específico. Interpretar exige um conjunto de habilidades de memória necessárias ao processamento cognitivo, entre elas, a capacidade de concentração na mensagem, de composição de um discurso equivalente na língua alvo, de avaliação da compreensão das informações transmitidas, e, finalmente, a capacidade de manter um *décalage*^{ix} suficiente para que a mensagem não seja quebrada tanto na interpretação para LGP, como na interpretação para voz. É nesta última que o intérprete de língua gestual reconhece, igualmente, a importância de ter uma voz cuidada e de possuir as capacidades necessárias que lhe permitam ter um discurso fluido (SILVA E FREITAS, 2015). A interpretação para voz deve ser fluente, credível, e encadear harmoniosamente no discurso do gestuante, respeitando na língua de chegada todos os parâmetros linguísticos e culturais. Um maior aperfeiçoamento pode ser conseguido se o intérprete de língua gestual tiver conhecimento das qualidades e características da sua voz. Este deve expressar-se com clareza, respeitando o registo utilizado no discurso original, sempre acompanhado por uma boa articulação e dicção (ALBRES, 2010).

Quando nos referimos às várias técnicas de tradução, Barbosa (2001) organizou e agrupou os procedimentos técnicos de tradução com base nos estudos dos linguistas Vinay e Darbelnet. Esta reorganização tinha como objetivo atender às necessidades dos tradutores em geral, para que tivessem ao dispor um índice de práticas de tradução e, por conseguinte, facilitasse as suas tarefas. A autora, com esta reorganização, apresenta um total de treze procedimentos, a saber: tradução palavra a palavra, tradução literal, transposição, modulação, equivalência, omissão, explicitação, compensação, reconstrução de períodos, melhorias, transferência (que inclui o estrangeirismo, a transliteração, a aclimatação, e a transferência com explicação e a explicação), o decalque e a adaptação.

Além do esforço cognitivo que caracteriza a profissão do intérprete de LGP, também lhe são reconhecidas exigências ao nível físico. Durante o exercício da sua atividade, este profissional assume posições corporais menos adequadas e realiza movimentos repetitivos com os membros superiores, por norma, durante um longo período de tempo. De acordo com dados recolhidos através de diversos estudos, verificou-se que uma má postura durante o desempenho das suas funções provoca no intérprete língua gestual consequências várias, como lesões músculo-esqueléticas incidentes sobretudo nas mãos, dedos, punhos, cotovelos, braços,

pescoço, costas, cintura, antebraço e ombro (FISHER E WOODCOCK, 2012; FREEMAN E ROGERS, 2010; MUCKE, 2008).

Estas lesões podem causar dor, dormência, sensação de peso, fadiga ou perda de força (SILVA 2010). Com efeito, é importante que se entenda que estas lesões são o resultado do número de horas de trabalho contínuo e da falta de exercícios de aquecimento e de relaxamento. É crucial intervir na prevenção ou minimização destas lesões músculo-esqueléticas, através de exercícios de relaxamento muscular, contribuindo assim para a saúde e melhoria da qualidade de vida do intérprete de língua gestual (BARBOSA, 2015).

Aspetos metodológicos

Dada a natureza do estudo, e os seus objetivos, situamos a pesquisa num paradigma quantitativo (ROJAS, 2001), sendo o questionário um meio útil e eficaz para recolher informação num intervalo de tempo relativamente curto. Optou-se por realizar um inquérito por questionário, com o objetivo de ilustrar as perceções que os intérpretes de LGP reconhecem na sua atividade profissional.

Foram identificados 152 intérpretes de LGP que se encontravam a exercer funções em contextos diversificados. Optámos pela aplicação de inquérito por questionário de perguntas fechadas, com escala *likert* (5). A organização do inquérito por questionário decorreu da revisão de literatura e dos objetivos e questões orientadores do estudo. Os intérpretes de LGP identificados foram contactados por correio eletrónico, e foi-lhes pedido colaboração para o preenchimento do inquérito que se pretendia aplicar.

Para acautelar o anonimato e proceder à aplicação do inquérito foi necessário elaborar uma base de dados onde foi alojado o inquérito. Dos recursos existentes, optamos pela ferramenta de questionário do *Google Docs*, durante um período de um mês. Este serviço possibilitou criar um endereço na internet que enviamos por correio eletrónico aos potenciais respondentes.

Responderam a este questionário setenta e um intérpretes de LGP que desempenhavam funções em Portugal: nas zonas norte ($n = 27$), centro ($n = 20$), sul ($n = 19$) e ilhas ($n = 5$), dos quais 93% ($n = 66$) são do sexo feminino e 7% ($n = 5$) do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 22 e os 58 anos. O tempo de experiência como intérprete de LGP varia entre os 8 meses e os 20 anos, no entanto, verificou-se que a maioria exerce funções entre 7 e

8 anos. Por último, importa sublinhar que a maior parte dos participantes, 87,3% ($n = 62$), exerce a sua atividade na área da educação.

De referir, ainda, que nem todos os participantes responderam na íntegra ao questionário, pois algumas questões não se aplicavam à sua situação académica e/ou profissional.

Apresentação e discussão dos dados

Em resultado do inquérito por questionário aplicado aos intérpretes de LGP apresentam-se as seguintes categorias: Estágio; Princípios éticos; Parceria com os docentes surdos de LGP e com os docentes das outras disciplinas; Interpretação para voz; e Aspetos ergonómicos e doenças profissionais do intérprete de LGP.

1) Estágio

A análise realizada às respostas do questionário permitiu aferir que, mais de metade, 65,2% ($n = 45$), concorda completamente com a importância do estágio para o posterior exercício da profissão. Analisando as restantes respostas, constata-se que 15,9% ($n = 11$) dos participantes concordam parcialmente, 14,5% ($n = 10$) são indiferentes, 2,9% ($n = 2$) discordaram parcialmente e apenas 1,4% ($n = 1$) discordou completamente. Ora, tal como nos alertam Knowles (1980), Kolb (1984); Lave & Wenger (1991) e Schön (1992), é nas experiências e na participação direta dos estudantes em contextos reais de trabalho que as aprendizagens se tornam mais duradouras e significativas.

Relativamente aos sentimentos de ansiedade e nervosismo vivenciados pelos intérpretes de LGP na fase de estágio, dos 69 participantes que responderam a esta questão, 39,1% ($n = 27$) consideraram que a ansiedade e o nervosismo tendem a diminuir. Com uma percentagem menor, 30,4% ($n = 21$), encontram-se os participantes que concordam parcialmente com esta afirmação. Por outro lado, verifica-se que poucos são os participantes que não concordam, pois apenas 2,9% ($n = 2$) discordam completamente e 4,3% ($n = 3$) discordam parcialmente, 23,2% ($n = 16$) responderam ser indiferentes, o que pode significar que esses sentimentos atenuaram-se mas não significativamente. Deste modo, Magalhães (2007) refere que quando em doses moderadas, a ansiedade – ou mesmo o medo – poderá ter um efeito positivo, no sentido em que coloca o estagiário em alerta. O problema é que, quando em demasia, tende a ser uma fonte de

perturbação racional e emocional, podendo mesmo tornar-se incapacitante, num momento em que a motivação devia ser o sentimento dominante.

2) Princípios éticos

Quando questionados acerca se os deveres referidos na Lei n.º 89/99 seriam suficientes para o correto desempenho da sua profissão constata-se que, 29,6% ($n = 21$) dos participantes são indiferentes a esta questão. Estes dados podem sugerir duas leituras: ou os participantes são realmente indiferentes às questões éticas; ou não consideram totalmente exequíveis os deveres descritos na lei. A percentagem de participantes que discordam completamente é de 25,4% ($n = 18$) e com uma percentagem ligeiramente mais elevada, 28,2% ($n = 20$) encontram-se os participantes que discordam parcialmente. Com uma percentagem pouco significativa, 12,7% ($n = 9$) dos participantes consideram parcialmente exequíveis enquanto 4,2% ($n = 3$) acreditam que o que está evidente na lei é suficiente para o exercício das suas funções.

Apresenta-se, em seguida, as respostas referentes quando perguntamos se estes profissionais já vivenciaram situações que entram em conflito com o que está referenciado na Lei n.º 89/99. Podemos observar que a maioria dos participantes, 42,3% ($n = 30$) concorda completamente e 32,4% ($n = 23$) concorda parcialmente com a existência de dilemas profissionais. Apenas 7% ($n = 5$) discorda parcialmente e 5,6% ($n = 4$) discorda completamente, considerando que nunca ou raramente vivenciaram situações que entram em conflito com os deveres do intérprete de LGP propostos na Lei n.º 89/99. Dos participantes, 12,7% ($n = 9$) manifestaram-se indiferentes.

Estes resultados mostram que, apesar de existir uma lei que regulamenta a profissão do intérprete de LGP, este sente que ainda são necessárias mais diretrizes e linhas de conduta para poder exercer plenamente as suas funções. Neste sentido, Quadros (2004) confirma que os problemas de ordem ética com que o intérprete de língua gestual se depara estão relacionados com o facto de as suas competências e responsabilidades não serem facilmente definidas.

3) Parceria com os docentes surdos de LGP e com os docentes das outras disciplinas

Decorrente da análise do questionário realizado, no que se refere à importância de o intérprete de LGP reunir com os docentes das várias disciplinas para partilha de estratégias, das 67 respostas obtidas (sendo que alguns dos participantes não trabalhavam na área da educação),

verifica-se que, a percentagem de concordância foi alta, 53,7% ($n = 36$) e 32,8% ($n = 22$) para as respostas concordo completamente e concordo parcialmente, respetivamente. Com uma percentagem pouco significativa 11,9% ($n = 8$) dos participantes consideram indiferente reunirem-se com os docentes das várias disciplinas para partilha mútua de estratégias pedagógicas e de interpretação. Salienta-se o facto de nenhum dos participantes ter referido não ser importante este trabalho de parceria e de apenas 1,5% ($n = 1$) discordar parcialmente. Estes resultados mostraram claramente que os participantes valorizam o trabalho colaborativo, considerando que isso possibilitará ao intérprete de LGP preparar-se previamente para o momento da interpretação. Esta colaboração vai possibilitar que o intérprete de LGP tenha acesso antecipado aos conteúdos programáticos e que os docentes possam compreender e superar alguns receios que surgem na leção a alunos surdos. A consciência da importância desta parceria corrobora o que vários autores (ARAÚJO, 2012; ROLDÃO, 2007; QUADROS, 2004) defendem, pois estes acreditam que a colaboração e partilha entre os diferentes intervenientes de uma equipa resultarão num trabalho mais eficiente.

Em relação à importância da parceria entre o intérprete de LGP e o docente surdo de LGP, no que diz respeito à aquisição de vocabulário gestual para determinados conceitos, 53,7% ($n = 36$) dos participantes são a favor desta colaboração, 32,8% ($n = 22$) concordam parcialmente, 10,4% ($n = 7$) são indiferentes e 3% ($n = 2$) discordam parcialmente. Esta necessidade existe, pois o intérprete de LGP precisa de estar em contacto permanente com a comunidade e cultura surda para procurar sugestões e respostas adequadas. Santos (2012) defende que a experiência, bem como o contacto com a cultura da língua alvo influenciam de modo significativo o processo de interpretação. Destaca-se, nos resultados obtidos, que nenhum intérprete de LGP respondeu que não recorre ao docente surdo de LGP para a partilha e aquisição de vocabulário gestual.

4) Interpretação para voz

Quanto à análise dos dados relativos à interpretação para voz, quisemos compreender se o intérprete de LGP tem consciência de que a sua voz é um instrumento de trabalho que precisa de ser cuidado e aperfeiçoado. Mais de metade dos participantes, 81,7% ($n = 58$) consideraram a entoação, a colocação de voz e a boa articulação fundamentais para a realização de uma interpretação para voz eficaz. Alguns dos participantes, 11,3% ($n = 8$) concordam parcialmente com a importância destes fatores e 7% ($n = 5$) mostram-se indiferentes. Nenhum

intérprete de LGP discordou da sua importância. O aperfeiçoamento da interpretação para voz pode ser potenciado se o intérprete de LGP tiver conhecimento das características da sua voz e adotar hábitos saudáveis. Como refere Coelho (1994), “antes de tudo, uma voz só é boa se provém de um organismo sadio” (p. 11).

Aqui importa referir que, quisemos confirmar se a exposição pública, o desconhecimento de vocabulário gestual e a velocidade e estrutura do discurso do gestuante eram fatores que dificultavam o processo de interpretação para voz. Verificou-se que 50% ($n = 34$) dos participantes, concordam parcialmente com estes fatores, e em menor número 14,7% ($n = 10$) dos participantes concordam completamente, 14,7% ($n = 10$) discordam completamente e os restantes 7,4 % ($n = 5$) mencionam que são indiferentes a esta questão. No que diz respeito, à velocidade e estrutura do discurso do gestuante, 1,4% ($n = 1$) dos participantes são indiferentes a esta questão. A mesma percentagem é atribuída aos intérpretes de LGP que discordam parcialmente. Apenas 5,8% ($n = 4$) discordam completamente, enquanto 49,3% ($n = 34$) concordam parcialmente. Com 42% ($n = 29$) encontram-se os intérpretes de LGP que concordam completamente e assumem que estes aspetos podem ser inibidores na interpretação para voz. Uma vez que a LGP e a Língua Portuguesa possuem estruturas frásicas distintas, a interpretação para voz torna-se um grande desafio. Além disso, o facto de a pessoa gestualizar com mais rapidez implica que o tempo de que o intérprete de LGP dispõe para organizar o seu discurso seja menor. Deste modo, a fluência e o domínio de ambas as línguas são cruciais para uma eficaz interpretação.

Relativamente à técnica de tradução literal se esta possibilita ao intérprete de LGP ser o mais fiel possível ao discurso inicial, a maioria dos participantes, 28,2% ($n = 20$), não concorda plenamente que esta técnica seja a mais adequada, a percentagem de intérpretes de LGP que discordam completamente e que são indiferentes foi a mesma – 25,4% ($n = 18$), e com apenas 1,4% ($n = 1$) dos participantes acredita que esta é a técnica que permite ao intérprete de LGP ser mais fiel ao discurso. Tradução literal define-se como “aquela que mantém a semântica estrita adequando a morfossintaxe às normas gramaticais da língua da tradução” (BARBOSA 2001: 65). Não significa que a cada gesto corresponde uma só palavra, e que a estrutura frásica tem que ser idêntica à da língua de partida. Se assim acontecer a compreensão da mensagem pode ser inviabilizada, sendo por isso, fundamental respeitar a estrutura da língua de chegada, mantendo os significados da língua de partida.

5) Aspetos ergonómicos e doenças profissionais do intérprete de LGP

Decorrente do cruzamento da recolha de dado sobre a frequência com que os intérpretes de LGP sentem dor e desconforto nos ombros (trapézio), cotovelos (braços) e punhos/mãos, uma vez que os membros superiores são os mais que realizam um maior esforço durante a interpretação verificamos que, no que diz respeito aos ombros 10,6% ($n = 7$) dos participantes responderam que nunca sentiram dor e desconforto, 22,7% ($n = 15$) responderam raramente, 34,8% ($n = 23$) sentiram algumas vezes, 25,8% ($n = 17$) frequentemente e apenas 6,1% ($n = 4$) afirmaram que sentem sempre. Quanto aos cotovelos (braços) foi possível constatar, pelas respostas obtidas, que 31,3% ($n = 20$) nunca sentiram dor e desconforto nesta zona, 28,1% ($n = 18$) sentiram raramente, 29,7% ($n = 19$) sentem algumas vezes e 10,9% ($n = 7$) sentem frequentemente. Nenhum dos participantes afirmou que sentia dor constantemente. Por último, 11,9% ($n = 8$) dos participantes nunca sentiram dor e desconforto nas mãos e nos punhos, 19,4% ($n = 13$) raramente, 38,8% ($n = 26$) algumas vezes, 25,4% ($n = 17$) frequentemente e 4,5% ($n = 3$) sempre.

140

De acordo com Freeman e Rogers (2010), os intérpretes de língua gestual estão entre os profissionais que têm lesões músculo-esqueléticas mais frequentes, devido à realização de movimentos rápidos e repetitivos com as mãos e os braços ao longo do dia de trabalho. Alguns dos participantes no nosso estudo apresentam lesões mas são poucos os que recorrem a tratamentos médicos, como se pode observar nos resultados abaixo apresentados.

Apresenta-se, em seguida, que 27,1% ($n = 19$) dos participantes realizam algumas vezes exercícios de relaxamento muscular, os restantes distribuem-se igualmente pelo nunca 24,3% ($n = 17$), raramente 24,3% ($n = 17$), frequentemente 18,6% ($n = 13$) e que somente 5,7% ($n = 4$) têm o cuidado de os realizar sempre que fazem serviços de interpretação. Operacionalizando e especificando os resultados inerentes a esta questão temos, na opinião de Barbosa (2015), que a realização de exercícios de aquecimento e relaxamento são importantes para prevenir lesões músculo-esqueléticas, mas apenas uma minoria dos participantes tem a preocupação de os realizar.

Observou-se, ainda, que 47,8% ($n = 33$) dos participantes respondeu que não recorre a tratamentos, 21,7% ($n = 15$) responderam que necessitam por vezes de tratamento, 8,7% ($n = 6$) frequentemente e 11,6% ($n = 8$) sempre. Sublinha-se que a maioria dos participantes exerce funções há cerca de 7/8 anos, o que poderá ser precoce para avaliar o seu desgaste físico. Contudo, a longo prazo, a falta de tempo para fazer um aquecimento antes de iniciar o trabalho

aumentará o risco de desenvolverem uma lesão músculo-esquelética (FREEMAN E ROGERS, 2010).

Considerações finais

Este estudo visou contribuir para a valorização e desenvolvimento profissional do intérprete de LGP, bem como incrementar as suas boas práticas.

É durante o desenvolvimento do percurso académico que a teoria e a prática adquirida ganham forma e se concretizam nos contextos reais. Inicialmente, o intérprete estagiário sente-se inseguro, o que vai desencadear mais nervosismo e ansiedade. Esses sentimentos tendem a dar lugar à confiança e ao encorajamento para o desenvolvimento de uma prática curricular eficiente, à medida que o estagiário vai conhecendo a realidade onde atua e que, com o acompanhamento do seu orientador, interiorizam novas técnicas de interpretação e novos vocábulos em LGP e aprendem a ter uma postura profissional adequada, respeitando as linhas de conduta e a ética inerentes à sua futura profissão.

Considera-se pertinente que as instituições de formação contemplem estágios diversificados e de longa duração que permitam aos intérpretes estagiários consolidarem todas as aprendizagens e adaptem-se a uma realidade com a qual se irão deparar futuramente. No entanto, a sua competência e a minimização dos seus receios perante o estágio dependem também de si próprios. É fundamental que o intérprete estagiário procure um maior contacto com a comunidade surda, fora do seu horário letivo, a fim de desenvolver os seus conhecimentos linguísticos ao nível da LGP e de conhecer a cultura surda.

A finalidade deste estudo passava igualmente por evidenciar em que medida as questões da ética e da deontologia são pilares fundamentais que sustentam o desempenho das funções do intérprete de LGP. Acreditamos, que estas duas questões possam estar interligadas, uma vez que, o intérprete de LGP quando confrontado com dilemas éticos, necessita de orientações mais detalhadas e específicas que o guie na resolução dessas situações. Apesar dos deveres descritos na legislação serem aplicáveis ao contexto educativo, é neste mesmo contexto que surgem mais interpelações e dilemas profissionais. Entendemos, assim, ser necessário a elaboração de diretrizes mais específicas que possam constar num código de ética devidamente aprovado e homologado com vista a colmatar as dificuldades éticas sentidas por estes profissionais no exercício da sua atividade profissional.

Este estudo procurou também mostrar a importância da parceria do intérprete de LGP com o docente das várias disciplinas, desenvolvida com base num acesso precoce aos materiais que serão trabalhados em sala de aula, bem como na partilha de opiniões e estratégias a fim de potenciar a aprendizagem dos alunos surdos, assim como com o docente surdo, de modo a debaterem a escolha do léxico gestual adequado aos conceitos que serão lecionados. Neste sentido, consideramos que estas parcerias poderiam vigorar de uma forma mais organizada, se no horário letivo de cada um destes profissionais fosse contemplado um tempo específico para o trabalho pedagógico colaborativo para potenciar aprendizagens mais enriquecedoras e significativas.

Frequentemente, o intérprete de LGP realiza serviços de interpretação para voz que requerem a compreensão do raciocínio do gestuante e a adequação ao ritmo e entoação do discurso, dificultados pela exposição pública. Relembramos que a interpretação simultânea exige um processo de transformação da mensagem na língua de partida para a língua de chegada, respeitando as especificidades da língua gestual e a fidelidade ao conteúdo, podendo recorrer as várias técnicas de tradução existentes. Com efeito, não se trata apenas de uma tarefa, mas de um processo complexo que implica uma capacidade de memorização e processamento da mensagem num curto espaço de tempo. Para melhorar o seu desempenho quando executa uma interpretação para voz, o intérprete de LGP, sempre que possível, deve, atempadamente, contactar com a pessoa surda a quem vai prestar o serviço, no sentido de conhecer a temática e o seu nível de proficiência em LGP.

Em Portugal, até ao momento, não são conhecidos registos de lesões músculo-esqueléticas no intérprete de LGP, no entanto, os dados obtidos comprovam que estes profissionais sofrem de lesões decorrentes da sua atividade, maioritariamente, nos membros superiores. A sintomatologia músculo-esquelética e as doenças relacionadas com a atividade do intérprete de LGP resultam das condições desadequadas em que a atividade é desenvolvida. Assim, é fundamental a intervenção sistémica e integrada para corrigir e melhorar as condições de trabalho, como uma postura adequada, a organização temporal, bem como a formação contínua e informação sobre a prevenção das lesões músculo-esqueléticas. Todos estes aspetos podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida do intérprete o que certamente se refletirá diretamente na qualidade dos serviços prestados pelo mesmo.

Em síntese, tratando-se de um estudo exploratório, estamos conscientes de que os dados obtidos se referem a uma realidade muito específica. Contudo, consideramos que esta investigação pode despoletar outros estudos com um maior número de participantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBRES, Neiva. Mesclagem de voz e tipos de discursos no processo de interpretação da língua de sinais para o português oral. **Cadernos de Educação**, Florianópolis, v. 2, n. 26, p. 291-306, 2010.

ALMEIDA, Maria José. Viver a profissão: ética e deontologia profissional no desempenho da profissão de intérprete de língua gestual portuguesa (ILGP). **Surdos Notícias-Federação Portuguesa das Associações de Surdos**, Lisboa, n.2, p. 16-17, mar 2010.

ARAÚJO, Helena. **Projetos de leitura e trabalho colaborativo: conceções e práticas de professores e professores bibliotecários**. Dissertação de mestrado não publicada. Universidade Aberta, Lisboa, 2012.

BARBOSA, Heloísa. **Procedimentos técnicos da tradução: uma nova proposta**. Campina: Pontes, 2001.

BARBOSA, Susana. Lesões Músculo-esqueléticas do Intérprete de Língua Gestual: Medidas Preventivas. In: Barbosa, S. (Coord.). **SER Intérprete de Língua Gestual Portuguesa**. Rio Tinto: Mosaico de Palavras Editora, p.121- 149, 2015.

BETTENCOURT, Fernanda. & SANTOS, Mónica. O intérprete de Língua Gestual Portuguesa na Escola: Intruso ou parceiro? In: Barbosa, S. (Coord.). **SER Intérprete de Língua Gestual Portuguesa**. Rio Tinto: Mosaico de Palavras Editora, p. 67-95, 2015.

CARVALHO, Paulo Vaz. **Breve história dos surdos no mundo e em Portugal**. 1.^a ed., Lisboa: Editora Surd'Universo, 2007.

COELHO, Helena Wöhl. *Técnica vocal para coros*. Editora Sinodal: 1994.

FISHER, Steven. & WOODCOCK, Kathryn. A cross-sectional survey of reported musculoskeletal pain, disorders, work volume and employment situation among sign language interpreter. **International Journal of Industrial Ergonomics**, USA, v. 42, p.335-340, jul 2012.

FRANCO, Francisco. Do coordenador pedagógico e professor iniciante. In: Bruno, E.B.G., Almeida, L. R., ChriStov, L.H.S. **O coordenador pedagógico e a formação docente**. 4^a Ed. São Paulo: Loyola, p.33-36, 2003.

FREEMAN, Julie. & ROGERS, Janet. Identifying movement patterns and severity of associated pain in sign language interpreters. **College Student Journal**, Chicago, v. 44, n.2, jun 2010.

GRIGOLI, Josefa, ET AL. **A formação do professor investigador na escola e as possibilidades da pesquisa colaborativa: um retrato sem retoques.** Revista Lusófona de Educação, v. 10, n.10, 2007.

KNOWLES, Malcolm. **The modern practice of adult education: From pedagogy to andragogy.** 2ª ed., Chicago: Association Follet, 1980.

KOLB, David. **Experiential learning.** Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1984.

LAVE, Jean. & WENGER, Etienne. **Situated learning: Legitimate peripheral participation.** Nova Iorque: Cambridge University Press, 1991.

LEI CONSTITUCIONAL Nº1/97 de 20 de Setembro. (20 de Setembro de 1997). Diário da República nº218 - I Série A. Assembleia da República.

LEI CONSTITUCIONAL Nº89/99 de 5 de Julho. (5 de Julho de 1999). Diário da República nº154 - I Série A. Assembleia da República.

MAGALHÃES, Ana & COSTA, Vânia. O estágio: um pilar fundamental. In: Barbosa, S. (Coord.). **SER Intérprete de Língua Gestual Portuguesa.** Rio Tinto: Mosaico de Palavras Editora, p.13-37, 2015.

144 MAGALHÃES, Ewandro. **Sua majestade, o intérprete: o fascinante mundo da tradução simultânea.** São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MOREIRA, Maria Alfredo. **A investigação-ação na formação em supervisão no ensino do inglês: Processos de (co-)construção de conhecimento profissional.** Braga: Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho, 2005.

MÜCKE, Mureile. **Ergonomia e ginástica laboral para intérpretes de língua de sinais. Informação, prevenção e diagnóstico.** Mato Grosso do Sul: Associação dos Surdos de Mato Grosso do Sul Departamento de Intérpretes, 2008.

OLIVEIRA, Eloiza & CUNHA, Vera. O estágio supervisionado na formação continuada docente à distância: desafios a vencer e construção de novas subjetividades. **Revista de Educación a Distancia**, n.14, p. 1-18, 2012.

PEREIRA, Joana, GIL, Cristina. & SILVA, Ana. Práticas de tradução e interpretação de língua gestual portuguesa: o contexto académico na Pro_LGP. In: Coelho, O. & Klein, M. (coord.) **Cartografias da surdez. Comunidades, línguas práticas e pedagogia.** Livpsic: Ciências da Educação, p. 67-77, 2013.

QUADROS, Ronice. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, Brasília: MEC, 2004.

RAMOS, Vanessa. & SILVA, Liliana. A ética: uma caixa de pandora. In: Barbosa, S.(Coord.) **SER Intérprete de Língua Gestual Portuguesa.** Rio Tinto: Mosaico de Palavras Editora, p.39-65, 2015.

ROJAS, Raul. **El Cuestionario**, 2001. Disponível em: <http://www.nodo50.org/sindpitagoras/Likert.htm>. Acesso em: 21 out. 2015.

ROLDÃO, Maria do Céu. Colaborar é preciso. **Dossier; Trabalho colaborativo de professores DGE**. p. 24-29, 2007.

SANTOS, Renata. Os géneros discursivos em livro didático para surdos: Análise dos procedimentos tradutórios aplicados de Português para Libras. In: Albres, N. & Santiago, V. **Libras em estudo: tradução/interpretação**. São Paulo: FENEIS, p. 169-193, 2012.

SCHÖN, Donald. Formar professores como profissionais reflexivos. In: Nóvoa, A. (Org.) **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações D. Quixote, p.78-91, 1992.

SILVA, Fernando. **Uma abordagem sistémica à prevenção e segurança no trabalho em unidades termais**. CETIES – Centro Tecnológico das instalações e dos Equipamentos da Saúde: Rolo & Filhos, S.A., 2010.

SILVA, Joana. & FREITAS, Pedro. Ser a Voz. In: Barbosa, S. (Coord.). **SER Intérprete de Língua Gestual Portuguesa**. Rio Tinto: Mosaico de Palavras Editora, p. 97-119, 2015.

STONES, Edgar. **Supervision in Teacher Education**. Londres: Methuen, 1984.

VIEIRA, Flávia. **Supervisão: uma prática reflexiva de formação**. Rio Tinto: Asa, 1993.

145

ⁱ Susana BARBOSA: Doutorada em Desenvolvimento e Perturbações da Linguagem, docente da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto (ESE|PP). Coordenou e é co-autora do livro: SER Intérprete de Língua Gestual Portuguesa. Fundou, em 2007, a Associação de Tradutores e Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa, e cuja direção preside desde abril de 2016. Currículo vitae disponível em: <http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=4885362322476521>. Acesso: junho 2016.

ⁱⁱ Ana MAGALHÃES: Pós-graduada em Educação Especial: Multideficiência e Problemas de Cognição pela ESE|PP. Licenciada em Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa pela ESE|PP. Co-autora do livro “SER Intérprete de Língua Gestual Portuguesa”. Desempenha funções como Tesoureira, desde abril de 2016, na Associação de Tradutores e Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa.

ⁱⁱⁱ Joana SILVA: Licenciada em Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa pela ESE|PP. Atua, desde 2008, em Escolas de Referência para a Educação Bilingue de Alunos Surdos. Co-autora do livro “Ser Intérprete de Língua Gestual Portuguesa”.

^{iv} Liliana SILVA: Licenciada em Tradução e Interpretação em Língua Gestual Portuguesa pela ESE|PP. Pós-graduada em Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa pela ESE|IPC. Atua, desde 2007, em Escolas de Referência para a Educação Bilingue de Alunos Surdos. Elemento ativo na Associação de Tradutores e Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa direcionando o movimento associativo para a dignificação da profissão.

^v Mónica SANTOS: Mestre e licenciada em Tradução e interpretação em Língua Gestual Portuguesa pela ESE|PP. Co-autora do livro “SER Intérprete de Língua Gestual Portuguesa”. Atua, desde 2007, em Escolas de Referência para a Educação Bilingue de Alunos Surdos e em outros contextos sociais. Exerce funções como assistente convidada na ESE|PP. Membro dos órgãos sociais da Associação de Tradutores e Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa.

^{vi} Pedro FREITAS: Frequentou a Pós-Graduação em Interpretação de Língua Gestual Portuguesa na Escola Superior de Educação de Coimbra. Licenciado em Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa, pela ESE|PP. Atua, desde 2008, em Escolas de Referência para a Educação Bilingue de Alunos Surdos. Co-autor do livro “SER Intérprete de Língua Gestual Portuguesa”.

^{vii} Vanessa RAMOS: Mestre, licenciada e bacharel em Tradução e Interpretação em Língua Gestual Portuguesa pela ESE|PP. Participou como elemento dinamizador do Projeto REDES. Co-autora do livro “SER Intérprete de Língua Gestual Portuguesa”. Atua como intérprete de língua gestual portuguesa desde 2007 em Escolas de Referência para a Educação Bilingue de Alunos Surdos e em outros contextos sociais.

^{viii} Vânia COSTA: Licenciada e bacharel em Tradução e Interpretação em Língua Gestual Portuguesa pela ESE|PP. Especialista em Língua Gestual pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa. Co-autora do livro “SER Intérprete de Língua Gestual Portuguesa”. Exerce funções como Intérprete de língua gestual portuguesa desde 2007. Desempenha funções como Relatora, desde Abril 2016, na Associação de Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa.

^{ix} Intervalo de tempo

RECEBIDO EM: 26 de maio de 2016

ACEITO EM: 19 de junho de 2016